

49

1º SECRETÁRIO

Mensagem nº 019, de 20 de junho de 2022.

À Sua Excelência o Senhor Vereador
LUZIMAR NUNES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Conde
Conde PB

Senhor Presidente,

Submeto à deliberação dessa colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei que altera a lei de incentivo financeiro variável (Pagamento por Desempenho – Programa Previne Brasil) aos servidores públicos estatutários/celetistas, comissionados e prestadores de serviços municipais das equipes que atuam na Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, prevista na Portaria GM/MS nº 102, de 20 de janeiro de 2022 do Ministério da Saúde.

É estabelecido pelo Ministério da Saúde metas a serem cumpridas e uma vez atingindo tais metas o Município receberá repasses específicos que servirão para incentivar os profissionais da saúde envolvidos neste programa.

Os incentivos ajudam no alcance dos objetivos da política de saúde, favorecendo o acesso aos serviços necessários aos cidadãos, garantindo alta qualidade do atendimento e melhoria da equidade, bem como promovendo a utilização efetiva e eficiente dos recursos de saúde.

As alterações visam adequar a legislação municipal as alterações normativas apresentadas pelo Ministério da Saúde.

Sabendo o compromisso desta casa de leis, com o Povo Condense e com o Sistema de Saúde do Município, submetemos o presente projeto em caráter de urgência, urgentíssima, considerando a necessidade de aplicar de imediato, com o pagamento a partir do mês de janeiro, tais incentivos, desde já agradecemos o apoio dispensado.

Diante do exposto, reiterando os protestos de estima e consideração, esperando que o projeto receba acolhida nessa Casa Legislativa, nos termos da Lei Orgânica do Município de Conde, subscrevo-me enviando a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

KARLA MARIA
MARTINS PIMENTEL
REGIS:81893850463

Assinado de forma digital
por KARLA MARIA
MARTINS PIMENTEL
REGIS:81893850463

KARLA PIMENTEL
PREFEITA DE CONDE

PROJETO DE LEI Nº 018/2022, DE 20 DE JUNHO DE 2022.

Altera disposições da lei 1.109 de 27 dezembro de 2021.

A **Prefeita do Município de Conde**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, propõe ao Poder Legislativo à análise e aprovação do seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a alteração de dispositivos da lei Municipal nº 1.109, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 2º O art. 1º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021, será acrescido de parágrafo único e passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 1º.** A presente lei regulamenta a utilização do incentivo Programa Previne Brasil, como Pagamento por Desempenho do Programa Previne Brasil.

Parágrafo único. O incentivo Programa Previne Brasil, como Pagamento por Desempenho será pago exclusivamente enquanto durar o Programa conforme legislação federal”

Art. 3º Altera o caput do artigo e os §1º ao §4º e acrescenta os §5º ao §8º do art. 3º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021, que passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 3º.** Os recursos recebidos pelo Município de Conde/PB em decorrência do cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Previne Brasil – Pagamento por Desempenho, de acordo com PORTARIA GM/MS Nº 102, DE 20 DE JANEIRO DE 2022 que trata do conjunto de indicadores do Pagamento por Desempenho a ser observado na atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP).

§ 1º São indicadores do pagamento por desempenho para o ano de 2022:

I – Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1º até a 12º semana de gestação;

II – Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV;

III – Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado;

IV – Cobertura de exame citopatológico;

V – Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por Haemophilus Influenzae tipo b e Poliomielite Inativada;

VI – Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre;

VII – Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre;

§ 2º Os indicadores do pagamento por desempenho serão definidos após monitoramento, avaliação e pactuação tripartite, e contemplarão as seguintes ações estratégicas:

I – Ações multiprofissionais no âmbito da atenção primária à saúde;

II – Ações no cuidado puerperal;

III – Ações de puericultura (crianças até 12 meses);

IV – Ações relacionadas ao HIV;

V – Ações relacionadas ao cuidado de pessoas com tuberculose;

VI – Ações odontológicas;

VII – Ações relacionadas às hepatites;

VIII – Ações em saúde mental;

IX – Ações relacionadas ao câncer de mama; e,

X – Indicadores Globais de avaliação da qualidade assistencial e experiência do paciente com reconhecimento e validação internacional e nacional, como o Primary Care Assessment Tool (PCATool Instrumento de Avaliação da Atenção Primária), o Patient-Doctor Relationship Questionnaire (PDRQ-9 - Questionário de Avaliação da Relação Médico Paciente) e o Net Promoter Score (NPS Satisfação do Usuário).

§ 3º. Os recursos deverão ser rateados por ESF na categoria desempenho considerando 60% do repasse para o município destinado incentivo de trabalhadores do SUS e 40% será destinado para custeio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo que do valor a ser destinado ao trabalhador 90% será para as Equipes de Saúde da Família (ESF) e 10% para os profissionais de apoio às ESF.

I – 90% (noventa por cento) serão destinados aos profissionais que atuam na Atenção Primária: Médico, Enfermeiro, Odontólogo, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde (os quais serão distribuídos de forma igualitária dentre todos os Agentes Comunitários de Saúde do município que atuam na Atenção Primária e desempenham a sua função como agente comunitário de saúde), observando ainda o seguinte:

a) O incentivo total voltado para os agentes comunitários de saúde deverá ser rateado pelo número total de agentes;

b) O Profissional que estiver com laudo de readaptação ao serviço, só receberá o incentivo se estiver desempenhando alguma função na Atenção Primária referente a função que estiver desenvolvendo;

c) para os profissionais de nível superior, aos quais as suas Unidades Básicas de Saúde tenham sido contempladas com Médicos que o vínculo empregatício seja formalizado através do Programa Mais Médicos: ratear por nível superior, na respectiva Unidade Básica de Saúde onde o profissional estiver lotado;

II – 10% (dez por cento) serão destinados para os seguintes trabalhadores que compõem a gestão técnica da Secretaria Municipal de Saúde (Coordenação de Atenção à Saúde, Coordenação de Promoção à Saúde, Chefe do Departamento de

Atenção Básica, Chefe do Departamento de Saúde Bucal, Recepcionistas e Auxiliares de Serviços Gerais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do município.

§ 4º. Os recursos deverão ser aplicados analisando a responsabilidade de cada categoria profissional vinculado aos indicadores, considerando o peso estabelecido para cada um, conforme Quadro II e B1 do Anexo I:

- a) 7 indicadores: Agente Comunitário de Saúde;
- b) 6 Indicadores: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem;
- c) 4 Indicadores: Médico;
- d) 1 Indicador: Odontólogo, Técnico de Saúde Bucal;

§ 5º. Considerando que a categoria de Agentes Comunitários de Saúde representa aproximadamente a metade do total de profissionais participantes do Previne Brasil, como também estes atuam no cumprimento de metas de todos os indicadores, foi estabelecido um percentual compatível com o número destes profissionais, definindo portanto que, após o cálculo dos percentuais das demais categorias, o saldo disponível para atingir os 100% ficasse para a categoria de Agente Comunitário de Saúde, o que representou 45% do total do recurso.

§ 6º. Para os profissionais de nível técnico ficou estabelecido que o resultado final do cálculo do percentual fosse 50% do valor estabelecido para o nível superior.

§ 7º. As categorias que tiverem responsabilidade por mais de 5 indicadores terão um acréscimo de 2% sobre o percentual final estabelecido, após o cálculo realizado, considerando os pesos dos indicadores vinculados.

§ 8º. Os valores correspondentes dispostos no caput do artigo 3º serão repassados aos servidores a cada 4 meses, mediante o cumprimento da meta pelo município e de acordo com o Anexo I”

Art. 4º O parágrafo único do art. 4º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“**Parágrafo Único.** Para ter direito ao recebimento do pagamento por desempenho, os trabalhadores definidos no caput deste artigo devem estar lotados e em exercício junto à Estratégia de Saúde da Família e a gestão técnica da Secretaria Municipal de Saúde, desde que atuando diretamente na Atenção Primária, nas equipes Multiprofissionais que atuam na Atenção Primária do município, Recepcionistas, Auxiliares de Serviços Gerais e Motoristas que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do município e com o comprovado exercício.”

Art. 5º Fica acrescido o inciso VII ao art. 5º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021, com a seguinte redação:

“VII- Em caso de Profissionais exonerados, rescisão de contrato ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor perderá o direito ao Incentivo

Financeiro – Pagamento Desempenho, tendo o valor que caberia ao servidor incorporado ao percentual de custeio das Unidades Básicas de Saúde (UBS's)."

Art. 6º O parágrafo único do art. 7º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único. A partir da vigência da lei, os valores referentes ao pagamento retroativo, serão pagos, em cotas iguais, ficando discricionário o uso ao Secretário de Saúde, dando ciência ao Conselho Municipal de Saúde.”

Art. 7º Revoga-se o art. 8º da lei 1.109 de 27 de dezembro de 2021.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação tendo vigência enquanto perdurar o programa Previne Brasil.

KARLA MARIA
MARTINS PIMENTEL
REGIS:81893850463

Assinado de forma digital
por KARLA MARIA
MARTINS PIMENTEL
REGIS:81893850463

KARLA PIMENTEL
PREFEITA DE CONDE

ANEXO I

Quadro I – Resumo da distribuição dos recursos de Pagamento por Desempenho do Programa Previne Brasil entre profissionais e custeio das UBS's

GRUPO	CATEGORIA	PERCENTUAL
A	Custeio das UBS's	40%
B	Profissionais	60%
TOTAL		100%

Quadro II. Metodologia de cálculo para rateio do Desempenho do Programa Previne Brasil por Indicador, Grupo B1 (Trabalhadores Vinculados à Estratégia de Saúde da Família)

INDICADOR	ESPECIFICAÇÃO	PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS POR INDICADOR	NÚMERO TOTAL DE PROFISSIONAIS VINCULADOS AO DESEMPENHO POR INDICADOR	PESO DOS INDICADORES
INDICADOR I	PROPORÇÃO DE GESTANTES COM PELO MENOS 6 (SEIS) CONSULTAS PRÉ-NATAL REALIZADAS, SENDO A 1ª (PRIMEIRA) ATÉ A 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SEMANA DE GESTAÇÃO.	ACS, MÉDICO, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	4	1
INDICADOR II	PROPORÇÃO DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV	ACS, MÉDICO, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	4	1
INDICADOR III	PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO.	ACS, ODONTÓLOGO, TEC. SAÚDE BUCAL	3	2
INDICADOR IV	PROPORÇÃO DE MULHERES COM COLETA DE CITOPATOLÓGICO NA APS.	ACS, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	3	1
INDICADOR V	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO DE IDADE VACINADAS NA APS CONTRA DIFTERIA, TÉTANO, COQUELUCE, HEPATITE B, INFECÇÕES CAUSADAS POR HAEMOPHILUS INFLUENZA E TIPO B E POLIOMIELITE INATIVADA.	ACS, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	3	2
INDICADOR VI	PROPORÇÃO DE PESSOAS COM HIPERTENSÃO, COM CONSULTA E PRESSÃO ARTERIAL AFERIDA NO SEMESTRE.	ACS, MÉDICO, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	4	2
INDICADOR VII	PROPORÇÃO DE PESSOAS COM DIABETES, COM CONSULTA E HEMOGLOBINA GLICADA SOLICITADA NO SEMESTRE.	ACS, MÉDICO, ENFERMEIRO, TEC. ENFERMAGEM	4	1

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions of the Board of Directors of the Corporation. The names are as follows:

John A. Smith, President
James B. Jones, Vice President
Robert C. Brown, Secretary
William D. White, Treasurer
Charles E. Black, Chairman of the Board
Thomas F. Green, Director
George H. Hall, Director
Edward I. King, Director
Frank J. Lee, Director
Henry K. Miller, Director

2. The second part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions of the Board of Directors of the Corporation. The names are as follows:

John A. Smith, President
James B. Jones, Vice President
Robert C. Brown, Secretary
William D. White, Treasurer
Charles E. Black, Chairman of the Board
Thomas F. Green, Director
George H. Hall, Director
Edward I. King, Director
Frank J. Lee, Director
Henry K. Miller, Director

3. The third part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions of the Board of Directors of the Corporation. The names are as follows:

John A. Smith, President
James B. Jones, Vice President
Robert C. Brown, Secretary
William D. White, Treasurer
Charles E. Black, Chairman of the Board
Thomas F. Green, Director
George H. Hall, Director
Edward I. King, Director
Frank J. Lee, Director
Henry K. Miller, Director

B - RESUMO DO RATEIO ENTRE A CATEGORIA DE PROFISSIONAIS

GRUPO	DESCRIÇÃO - SUBGRUPO	DIVISÃO %
B	Equipe Saúde da Família – B1	90%
	Apoio as ESF's – B2	10%

**B 1 - RATEIO ENTRE AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DAS ESF's
POR QUADRIMESTRE**

CATEGORIA	INDICADORE S VÍNCULADO S A CATEGORIA COM PESO 1	INDICADORE S VÍNCULADO S A CATEGORIA COM PESO 2	TOTAL DE INDICADORE S VÍNCULADO S A CATEGORIA	% ESTABELECIDO POR CATEGORIA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	4	3	7	45%
ENFERMEIRO	4	2	6	22%
MÉDICO	3	1	4	12%
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	4	2	6	12%
TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	0	1	1	3%
ODONTÓLOGO	0	1	1	6%
TOTAL				100%

**B 2 - RATEIO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE APOIO AS ESF's
POR QUADRIMESTRE**

CATEGORIA	% ESTABELECIDO POR CATEGORIA
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO DE SAÚDE	24%
COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO À SAÚDE	24%
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	13%
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE BUCAL	10%
MOTORISTA	3%
RECEPCIONISTA	15%
AUXILIAR DE SERV. GERAIS	11%
TOTAL	100%

RESOLUÇÃO Nº 19/2021/CMS

- Aprova Projeto de Lei Executivo Nº 002/2021 que institui no município de Conde o pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil.

A Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Conde-PB, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

A Lei Orgânica da Saúde Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

A Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

A Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

O Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2.979/GM/MS (BRASIL, 2019a), estabelece o modelo de financiamento de custeio da APS no âmbito do SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS/2017.

Previsto nas Portarias nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, e nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, ambas do Ministério da Saúde em reunião realizada no dia 22/12/2021 o Conselho Municipal de Saúde aprovou o Projeto de Lei que permite o incentivo financeiro variável (Programa Previne Brasil) aos servidores públicos, comissionados e prestatadores de serviços que atuam diretamente com a Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Município do Conde.

Resolve:

Art. 1º Aprovar Projeto de Lei que institui o pagamento por desempenho do Previne Brasil.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Conde-PB.

Conde-PB, 22 de dezembro de 2021

Maria José da Silva Pedro

Maria José da Silva Pedro
Presidente do Conselho Municipal de Saúde